



Iolanda Évora

Sobre a metodologia qualitativa: experiências em psicologia social

Apresentado nos Seminários em Psicologia - Universidade Autonomia
de Lisboa (29/11/2006)

*O CESA não confirma nem infirma
quaisquer opiniões expressas pelos autores
nos documentos que edita.*

Abstract

Frequentemente, a referência à metodologia qualitativa nos remete à grande controvérsia sobre a cientificidade das ciências sociais em comparação com as ciências da natureza e às dúvidas sobre a atribuição de estatuto de “ciência” ao campo social. Há os que argumentam que esta atribuição (de cientificidade) só será possível se ao social, forem aplicáveis os mesmos procedimentos que se usam para compreender o natural. Para outros, ao contrário, o importante é reivindicar a total diferença e especificidade do campo humano e mostrar que o trabalho para o conhecimento do social deve atingir as ordens simbólica, histórica e concreta. Na dimensão simbólica, incluem-se os significados dos sujeitos; na dimensão histórica- do tempo consolidado no espaço real e analítico- inclui-se o facto dos actores sociais recorrerem à sua experiência e memória para recompor factos acontecidos no âmbito da sua temporalidade. A dimensão concreta está relacionada com as estruturas e os actores sociais em relação. Daí a afirmação de que as ciências sociais tratam de fenómenos marcados pela relatividade, imprevisibilidade e especificidade.

O que são esses fenómenos das ciências sociais

Conforme as teorias compreensivas, como a Fenomenologia, Etnometodologia ou o Interaccionismo Simbólico, a tarefa central das ciências sociais é a compreensão da realidade humana vivida socialmente. E sob um determinado ponto de vista, coloca-se que o que há de essencial nos fenómenos e processos sociais seria descaracterizado se não procurássemos o profundo sentido que é dado pela subjectividade, aqui proposta, então, como o fundamento da vida social, constitutiva do social e inerente à construção da objectividade nas ciências sociais.

Ou seja, o ponto que liga as múltiplas questões de estudo que podemos encontrar no campo das Ciências Sociais, é o de que o objecto das Ciências Sociais é *histórico* e que as estruturas sociais nada mais são do que *acções objectivadas*, quer dizer, existem porque os seres humanos, as sociedades, os grupos dão significado e intencionalidade às suas acções e construções. Estas acontecem em determinados espaços, cuja formação social e configuração são específicas. Por estas características essenciais é que qualquer questão social que vamos tratar deve ser lembrada na sua *provisoriedade, dinamismo e especificidade*.

Isso explica o predomínio dos métodos de observação e entrevista em Psicologia Social porque, se por um lado, permitem a descrição rigorosa de determinados comportamentos

sociais, por outro, a recolha de informações repousa na ideia de que *interrogar sistematicamente e directamente os indivíduos em suas situações permite conhecer as suas representações, atitudes, etc.* Dito de outro modo, são métodos que se mostram adequados quando se pretende buscar, de forma precisa, *a maneira de comportar dos indivíduos, as condições sociais que os produzem, as relações que mantêm entre si num determinado contexto, etc.*

Estes elementos são essenciais se pensarmos no campo de intervenção da Psicologia Social, cujos temas e aplicação podem ser apresentados como se segue:

Temas:

Interacções sociais (situações e processos);

Normas (influência social);

Crenças (cognição social, representações sociais);

Pré-julgamentos e discriminação social (preconceitos, estereótipos, discriminação);

Grupos sociais (processos de grupo, relações intergrupais)

Aplicação:

Saúde e doença: a situação social do doente (*estratégias de sobrevivência de pessoas vivendo como o HIV/SIDA*); Factores psicossociais da doença

Meio ambiente e comportamento social: Características psicossociais do meio ambiente; comportamento territorial; impacto psicossocial do meio-ambiente);

Trabalho e vida social : trabalho/saúde; trabalho e novas tecnologias; aspectos psicossociais da vida de trabalho (*reforma administrativa*); Selecção de pessoal; a questão psico-ergonómica; intervenção psicossocial para a mudança organizacional / ou situação de trabalho.

Publicidade e consumo: comportamento do consumidor, marketing e publicidade (persuasão do consumidor, técnicas).

Parece-nos que estes exemplos são suficientes para ilustrar que, dentro do campo da Psicologia Social, o interesse é pela aproximação da vida dos seres humanos em sociedade e, por isso, a abordagem do conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações.

São, igualmente ilustrativos de que o que configura os nossos objectos de pesquisa são as estruturas e os produtos humanos (como vivências, experiências, quotidianidade e instituições), ou seja, as *acções humanas objectivadas*, portadoras de significado, resultantes da interacção dos indivíduos e grupos e da sua decisão sobre uma acção comum. Por isso é que, em primeiro lugar, afirmamos como foco central em Psicologia Social, a acção social e os seus micro processos, tomados como fundamentais na configuração da sociedade e das suas estruturas. **A pesquisa qualitativa** vem a ser o conjunto de métodos ou técnicas qualitativas de captação de *factos* que se prestam à análise da acção social.

Ao mesmo tempo, apresentamos o SIGNIFICADO como o *conceito central de investigação*, e consideramos que o trabalho do estudioso social deve ser o de entender claramente e com competência, a linguagem e a definição da situação típicas de um grupo, estrato ou sociedade. Assim, a crítica e o controlo do conhecimento, a possibilidade de prever as respostas de um grupo com um certo grau de probabilidade, significam comparar, relativizar, telescopizar o fenómeno no seu contexto e o contexto, por sua vez, no conjunto de contextos acessíveis à experiência e à investigação.

Sob este ponto de vista, a validação da pesquisa qualitativa só é vista como problemática se através de um enfoque de validação quantitativa porque, ao contrário, passa pela compreensão da plausibilidade das explicações dadas pelos sujeitos ou grupos. Aquilo que muitas vezes é interpretado como “mentiras” ou as “contradições” nos discursos recolhidos devem ser tomados, na análise, como versões do real que indicam a complexidade, ambiguidade e abertura que caracterizam os fenómenos de que tratamos.

Ex: discurso contraditório das imigrantes: tomo como indicador de uma realidade que é multifacetada e faz com que, numa mesma fala, a imigrante se posicione contra a exploração dos italianos + ter de se comportar bem na terra dos outros, “estar ali provisório”, ter consciência de que a terra não é dela, reafirmar o projecto de retorno X a vida está toda ali.

Assim, os desvios são codificados em relação a um estilo próprio a uma época ou classe. O indivíduo é tratado como representante de sua classe, sujeitos às determinações que lhe são

inerentes e as diferenças que encontramos entre as falas produzidas são antes alternativas, variando numa estreita faixa, para os mesmos determinismos de classe ou de grupo.

Evidencia-se aqui a *alta abstracção* da cientificidade como ideia reguladora da pesquisa qualitativa em ciências sociais, cientificidade que não mais é apresentada como sinónimo de normas e modelos a serem seguidos. Por esta *alta abstracção* é que se coloca a preocupação de que os estudos qualitativos fornecem pouca base para se fazer uma **generalização científica**. Como mostra Yin a propósito dos estudos de caso (que não podem ser generalizados por meio de casos múltiplos ao invés de caso único porque exige-se um conceito diferente dos projectos de pesquisa apropriados), uma resposta muito breve é que os estudos qualitativos *são generalizáveis a proposições teóricas e não a populações ou universos*. Neste sentido, uma população não representa uma amostragem, portanto, o objectivo é *expandir e generalizar teorias (generalização analítica)* e não enumerar frequências (**generalização estatística**).

*Ex: Ao estudar o transnacionalismo, um tema muito actual no campo do estudo das migrações, espera-se que os estudos sirvam à **generalização e fortalecimento da teoria** das migrações, enquanto explicação para os diferentes processos e as diferentes realidades vividas por determinados grupos e populações. São realidades que mostram que as pessoas circulam e vivem entre lugares, desenvolvendo actividades que exigem que vivam em, pelo menos, dois lugares diferentes.*

Mas sabemos que é por este tipo de questão colocada pela pesquisa qualitativa que raramente os promotores de políticas públicas se convencem quando os estudos não estão baseados em números. O poder dos números é o de mostrar associações mas, quando sabemos que duas variáveis estão estatisticamente associadas, como procedemos para compreender a que realmente se referem as relações entre ambas?

Ex: Estudo do hiato entre o conhecimento sobre o HIV/Sida e os comportamentos preventivos, interessa-nos saber porquê que as pessoas que têm um conhecimento adequado e actualizado sobre as formas de transmissão confiam no facto de manter relações estáveis para o não-uso do preservativo. Deste modo, procuraremos explorar as ligações entre as variáveis que têm um carácter qualitativo e de interpretação da realidade por parte desse grupo.

A PESQUISA QUALITATIVA

Em ciências sociais, a pesquisa qualitativa preocupa-se com **um nível da realidade que não pode ser quantificado**, ou seja, “trabalha com um universo de significados, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos e não podem ser reduzidos a operacionalizações de variáveis” (Minayo:22). Mais ainda, como afirmou a psicóloga social Arakcy Martins Rodrigues, o nosso interesse recai sobre fenómenos ou temas que “não podem ser medidos mas merecem ser conhecidos” e interpretados.

Os fenómenos com que trabalhamos nesse campo são complexos e únicos e os sujeitos são muito variáveis e complexos. Por conseguinte, se a pesquisa qualitativa se afirma no campo da compreensão das **relações e actividades humanas** com os **significados** que as animam, é, portanto, oposta ao agrupamento de fenómenos sob conceitos e/ou categorias genéricas dadas pelas observações e experimentações e descoberta das **leis que ordenariam o social**.

Daí também não ser a abordagem qualitativa **útil para** compor grandes perfis populacionais, indicadores macroeconómicos e sociais. Frequentemente, tem sido utilizada para aprofundar, acompanhar algum problema levantado pelo quantitativo. Ou então, para abrir perspectivas/variáveis a serem utilizadas em levantamentos estatísticos. Aquilo que comumente se chama de levantamento ou estudo exploratório.

Ex do primeiro caso: Se a pesquisa quantitativa permite mostrar que há uma relação entre a informação sobre o HIV/Sida e o comportamento preventivo e que essa relação varia conforme o grupo social, a pesquisa qualitativa, com entrevistas abertas, poderá mostrar os factores individuais e colectivos, as explicações que estão por detrás, por exemplo, do hiato encontrado em grupos de classe alta, com acesso facilitado às últimas descobertas científicas sobre o problema. Poderá identificar factores de carácter inconsciente, as formas colectivas de interpretação do fenómeno que consideram as definições e os limites impostos pelo grupo específico para aquilo que deve ser considerado os limites do comportamento sexual promíscuo, por exemplo, as normas e valores que estipulam que a confiança no parceiro deve ser um factor que enfraquece os riscos de contaminação.

São estas aproximações que mostram que o **objecto é de natureza diferente**, o trabalho é no nível da *intensidade das relações sociais*, e daí, o interesse pelo grau de *complexidade interna do fenómeno*. Como trabalhamos com *versões do real* (dos indivíduos e grupos), o que costuma se referir à objectividade da ciência traduz-se aqui por preocupação com os processos

de atribuição de significado por parte do grupo, ou seja, o que é dito/feito, tem um sentido enquanto uma determinada *interpretação do real*. Por isso é que, por exemplo, costuma ser interessante somar a observação directa à entrevista, não para conferir a *veracidade dos factos relatados* mas porque as práticas quotidianas e os discursos sobre as mesmas são *produções de significado de diferentes ordens* que, na análise, devem ser somadas num mesmo conjunto.

Desdobrando e dando o exemplo do campo da psicologia social, diria que o objectivo é debruçar-se sobre as mediações que pontuam o caminho entre as condições objectivas, as significações e as práticas; procurar os princípios em que se assentam as práticas sociais, as determinações sociais e as explicações humanas sobre o mundo social. Princípios esses que não são apropriados pelos métodos quantitativos porque referem-se ao simbólico, aos sistemas de crenças e valores e às representações.

Ex: Se estamos interessados em verificar se os imigrantes de origem cabo-verdiana têm a ideia de que pertencem a uma comunidade “entre lugares”, partimos da constatação de que o grupo (ou pelo menos alguns elementos do grupo) se deslocam de forma intensa entre os diferentes lugares onde vivem cabo-verdianos e também a origem. Vamos procurar saber que tipo de práticas e actividades realizam nesse espaço social que denominamos “entre lugares” e o que isso significa para eles, porque assim é e quais as condições do contexto que explicam tal mobilidade e tal modo de estar para a imigração e para o mundo.

Certamente que o problema da cientificidade e objectividade das ciências sociais se desdobra em várias questões que têm implicações evidentes para a pesquisa em si porque a tarefa é desenvolver métodos e técnicas que permitam definir o nível do simbólico, dos significados e da intencionalidade da acção humana de nosso interesse e atribuir-lhes um grau de sistematicidade, como no caso acima descrito.

E costuma-se apontar que a dificuldade para tal ainda é maior porque a pesquisa qualitativa usa como matéria-prima a linguagem e as práticas. O material é a palavra que expressa a fala quotidiana, seja nas relações afectivas e técnicas, seja nos discursos intelectuais, burocráticos ou políticos.

Por isso, pode deter-se no material discursivo ou, como no caso da etnografia, acrescentar etapas de observação e convivência de campo. O campo da imigração é disso ilustrativo, os

processos devem ser observados no seu funcionamento, enquanto acontecem as acções, as actuações individuais e colectivas.

Para usar uma definição da antropologia, campo em que se propõe com maior frequência que o discurso deve ser cotejado com a observação dos costumes, das condutas e a análise das instituições, uma **qualitativa completa soma o que é dito, com o que é feito e o que está celebrado/cristalizado**. Ou seja, a interpretação do conteúdo de um discurso/fala dentro de um quadro de referência, tomado na história do grupo e nas construções que este apresenta como resultado da sua actuação colectiva.

Os sujeitos em pesquisa qualitativa

Retomando o problema da objectivação e suas implicações para o campo da pesquisa em si, uma das questões levantadas se refere ao facto de tratarmos de uma realidade da qual nós próprios, enquanto seres humanos, **somos agentes**. Quer isto dizer que há uma implicação imediata dos pontos de vista dos sujeitos/objectos em todo o processo de pesquisa. Por essa razão ficaria totalmente descartada a possibilidade de objectivação? Ou será que, no interior das ciências sociais, a questão da objectivação se coloca de outra forma?

Na pesquisa qualitativa, quando não se trata de recolha documental unicamente, a presença dos sujeitos é marcante e classificadora: todos atribuem significados mútuos à presença do outro, tanto o pesquisador como o objecto. O objecto reage de imediato, portanto, há a construção de pelo menos dois pontos de vista sobre a situação. Considero que, ao contrário da antropologia e da abordagem clínica, no interior da psicologia social, restam por explorar os aspectos relativos ao que consiste o ponto de vista construído pelo objecto da pesquisa qualitativa, desde o momento em que lhe é solicitado para fazer esse papel até quando termina o processo. A excepção recai sobre a pesquisa-acção, método que deve muito à teoria de campo de Kurt Lewin e que propõem o tratamento dessas questões precisamente porque propõe que a investigação esteja a serviço da promoção da mudança individual e social. Por este motivo, evidencia a relevância da investigação proporcionar a proximidade com as condutas humanas concretas, ao mesmo tempo em que leva em conta as exigências da pesquisa e os processos de mudança que ocorrem nos sujeitos e grupos.

Por exemplo, a utilização de entrevista exige que o pesquisador esteja ciente de que, nesta interacção, não apenas estão implicadas questões da relação interpessoal como as que supõem a pertença dos envolvidos aos seus respectivos grupos de origem. Nesse momento,

esses grupos são *actualizados* na relação e estão ali como que, *em suspenso*, orientando a fala do seu representante e avaliando a sua performance.

Se usarmos as imagens da dramaturgia de Goffman para descrever essa interacção, diríamos que parte da plateia é o próprio grupo de cada um dos actores.

Essa ideia da entrevista como uma interacção coloca em outros termos a dimensão de **assimetria** que se costuma apontar, com as implicações das diferenças de classe e de grupos a que pertencem os diferentes protagonistas. Em geral, os manuais sobre metodologia de pesquisa discutem muito a questão da assimetria em termos de origem social e todas as implicações desta origem na apropriação do conhecimento por parte do pesquisador e seus objectos de pesquisa.

1) o entrevistado e seu grupo constroem o entrevistador e seu grupo também como **objecto de pesquisa**

2) assimetria: muito também para o lado do entrevistado cujas características suscitam no entrevistador culpa (questões de classe) ou uma deferência acrítica sobre o conteúdo do que está dizendo, quando se trata de alguém pertencente a um grupo socialmente destacado.

Ex: pesquisas nos países lusófonos que têm privilegiado os processos das lutas para as independências, o processo político, a formação do Estado, a democratização, etc. Objectos de várias ciências sociais, é comum os autores, em determinado momento, associarem a métodos escolhidos dentro das suas disciplinas, a entrevista individual com roteiro. Podemos dizer que quase é possível apontar para a formação de um grupo de “entrevistáveis em potencial”, os antigos combatentes, pessoas que ocuparam altos cargos ou realizaram feitos que a história define como importantíssimos. Normalmente, essas entrevistas servem para confirmar os dados documentais já recolhidos e confirmar determinada versão histórica. Produz-se um discurso comum, compartilhado, uma história contada quase sempre da mesma maneira e pelos mesmos protagonistas. Produz-se um discurso competente, coincidente com o discurso hegemónico, importante passo para se tornar a versão oficial da história a única a ser transmitida.

Dá-se relevância extrema a quem viveu os acontecimentos e, a seguir, ocupou um espaço resultante dessa participação.

O mesmo acontece com pesquisas sobre a imigração, por exemplo: assiste-se ao que podemos designar de “stress do entrevistado” quando verificamos que grande parte das entrevistas é

realizada a responsáveis ou membros mais dinâmicos de associações de imigrantes ou grupos que trabalham com imigrantes. Pode-se perceber que essas pessoas já estão à-vontade em relação a serem entrevistadas e sabem de antemão o que lhes vai ser perguntado.

Ao contrário, tem sido o principal elemento de reflexão, a postura do pesquisador, entre uma metodologia mais cientista e a total fusão afectiva com o seu objecto. Isto se deve à centralidade da ideia de que a presença do observador cria uma dinâmica que pode modificar as reacções habituais dos sujeitos (→ reacções reactivas) e a busca pela boa resposta, aquela que acredita que o observador espera ouvir.

Uma das críticas mais frequentes aponta para o empirismo e o subjectivismo do investigador cujo **envolvimento emocional com o seu campo de trabalho** faz com que confunda **o que percebe e a fala que ouve com a verdade científica**. Portanto, diríamos que o foco central da reflexão sobre as implicações mútuas dos sujeitos da pesquisa qualitativa tem sido o grau de implicação do investigador na situação e sua influência na capacidade de recolher as informações que são pertinentes.

Já Bourdieu coloca a questão noutros termos, criticando que o domínio de padronização de procedimento, dos velhos princípios metodológicos e as imitações de rigor das disciplinas científicas não consideram o essencial que os pesquisadores que respeitam o seu objecto conhecem há muito tempo: estar atento “às subtilezas quase infinitas das estratégias que os agentes sociais desenvolvem na conduta comum da sua existência (1998: 693).

Concordando com Pierre Bourdieu, não há que temer as implicações pessoais do pesquisador para com o tema, ao contrário, devem ser consideradas nas condições de pesquisa e **incorporadas como critério de realidade**. Mesmo que a pesquisa tenha por objectivo o mero conhecimento, trata-se de uma **relação social** que tem a especificidade de exigir uma atenção ao outro e uma *abertura oblativa* que raramente encontramos na experiência comum.

É necessário portanto, que o pesquisador reconheça e domine as possibilidades de violência simbólica que podem afectar as respostas e também as possibilidade de distorções na própria relação de pesquisa. Por violência simbólica consideramos, por exemplo, *um tipo de invasão daquilo que é mais íntimo dos sujeitos, do uso de um tipo de conhecimento que não é dominado pelos sujeitos, da construção de um problema que, para aquele sujeito ou grupo, até aquele momento não se colocava como tal, da apresentação valorativa do modo de ser ou de viver do sujeito ou grupo.*

Ou seja, o investigador deve *medir a amplitude e a natureza da distância entre a finalidade da pesquisa tal como é percebida e interpretada pelo pesquisado e a finalidade que ele próprio tem em mente*. As distorções podem, assim, ser reduzidas ou, então, pelo menos o pesquisador pode compreender *o que pode ser dito e o que não pode*, as censuras que o impedem de dizer certas coisas e as incitações que encorajam outras.

O campo

Além da imposição o objecto de pesquisa enquanto sujeito que, igualmente, elabora o sentido da situação, um outro aspecto da pesquisa refere-se ao seu campo. O trabalho de campo é o **recorte empírico da construção teórica** elaborada no momento. Esta etapa combina entrevistas, observações, levantamento de material documental, bibliográfico, instrucional, etc.

Costumo dizer que, em pesquisa qualitativa, o **campo “fala”** e, por isso, cremos que a exigência científica de diálogo permanente do que se faz no trabalho de campo com as hipóteses de trabalho é muito mais uma condição imposta pelo próprio campo e pela natureza *dinâmica, imprevisível e criativa* do nosso objecto.

Ex: Pesquisa com as imigrantes, todos os passos do trabalho de campo tinha sido cuidadosamente preparados; garantir a aleatoriedade da escolha dos nossos sujeitos era um aspecto importante para a nossa análise do modo e do conteúdo dos discursos livres que íamos propor a cada imigrante que produzisse. No entanto, embora tivéssemos tido acesso ao banco de dados da embaixada e tivéssemos escolhido aleatoriamente nos seus ficheiros, a abordagem às pessoas verificou-se uma tarefa difícil, as desistências começaram a fazer-se sentir. As desconfianças eram grandes em relação a alguém que as contactava por telefone, inclusive da parte dos patrões, quando eram estes que atendiam. Como devíamos evitar a todo custo a construção de fantasias persecutórias por causa da abordagem, tivemos de rever o nosso método: optamos pelo sistema de bola de neve mas, não abrindo mão da necessidade do anonimato e da aleatoriedade, pedíamos muitas indicações e, por fim, escolhíamos uma, sem que a pessoa que a tivesse indicado soubesse do resultado.

Com este acontecimento, ficamos a conhecer muitas coisas sobre o nosso campo e sobre as mulheres imigrantes, relativas à sua condição de membro de um grupo para qual as questões da abertura ao exterior são delicadas, no contexto da imigração. Mostrou-nos, igualmente, uma espécie de “pedido de consentimento” por parte de cada imigrante ao grupo para poder

falar enquanto membro. Deu-nos a conhecer alguns aspectos da hierarquização, pois foi possível avaliar as reacções às pessoas que as tinham indicado e verificar o papel das mesmas no seio da comunidade. Trouxe-nos importantes informações sobre as escolhas do grupo sobre quem fala por ele e mostrou que o grupo tinha uma compreensão própria sobre um tipo de trabalho do género que eu deveria ter em conta e adequar às minhas intenções e modos de entrar no seu seio.

Este exemplo serve para mostrar que todas as etapas da investigação e análise são partes do processo social analisado e da sua consciência crítica possível. Quer dizer que, instrumentos, dados e análise encontram-se numa relação interior com o pesquisador e as contradições são a própria essência dos problemas reais.

Ex: cooperativas

Trata-se o trabalho de campo, *de um momento **relacional e prático** de importância exploratória*, de confirmação ou refutação de hipóteses e construção de teorias. Quer dizer, na pesquisa qualitativa, o trabalho de campo é um momento de **interacção social** com todas as implicações que esta pode ter para os envolvidos, conforme a técnica ou instrumento que o pesquisador utilizou para aproximar-se do objecto. Este carácter de interacção social fica muito claro em suas implicações quando optamos por exemplo, por observação directa ou entrevistas semi-estruturadas ou abertas.

O que quis trazer é que é impossível dissociar os passos da pesquisa com os percalços que enfrentamos para alcançar os factos que nos interessam. Tradicionalmente, nossos relatos de pesquisa, costumam ser, por um lado, um protocolo de boas intenções e também relatos bem comportados da maneira como, no campo, seguimos os ditames da ortodoxia que escolhemos. Quando falamos ou apresentamos as nossas pesquisas, a ideia subjacente do rigor científico não nos deixa falar do que deve ser alterado em função da imprevisibilidade do campo, do que este permitiu ao pesquisador, aquilo que lhe “disse”, os espaços e ruídos que deixou que chegassem aos seus olhos e ouvidos.

No entanto, quando usamos a metodologia qualitativa, verificamos a importância de se explicitar o vaivém entre os eventos que interferem no andamento do trabalho e as inúmeras opções que vamos assumindo conscientemente, devido às circunstâncias.

Verificamos que, no nosso campo, faz todo o sentido **tomar pulso das condições que presidiram à apreensão do objecto**. Para isso, é necessário seguir um procedimento pouco

comum nas ciências sociais que é o de “abrir os flancos” ou mostrar “a cozinha do trabalho de campo”, não apenas a “sala”.

Nestes dois casos, isso foi importante porque: no caso das cooperativas, esses factos foram retomados no momento da análise do material das entrevistas e ajudaram-nos a perceber como as questões de liderança, do mando e da autoridade eram importantes para os cooperadores e, a partir disso, construímos uma linha de análise que associava esses aspectos com os princípios universais do cooperativismo e, assim, foi possível apontar para núcleos específicos de representações sociais sobre a participação na cooperativa que reuniam elementos tanto das formas tradicionais dessas práticas como do que passaram a conhecer quando lhes foram introduzidas as ideias sobre o cooperativismo.

Em síntese, as regras/ rigor metodológico têm de ser sempre associados à natureza dinâmica do campo; as pessoas não se encaixam simplesmente e univocamente ao meu modelo, como se de um tubo de ensaio se tratasse e, o que melhor se coaduna com este facto, em termos de postura quando iniciamos um trabalho de campo, é ter sempre presente que o projecto que temos em mente é feito de hipóteses que temos sobre a expressão do fenómeno, é fruto de uma construção simbólica concebida *a priori* e, portanto, provisória, que opera como um crivo através do qual procuramos evidências no campo.

O campo em nenhum momento é condescendente connosco: é exigente, desafia-nos, brinca apresentando acontecimentos aparentemente *non sense*, sem lógica ou relação com o nosso objecto. Só o registro fiel e muito detalhado num diário de campo é que pode permitir identificar sentidos, lógicas e organização porque o campo fornece dicas sobre o objecto: insistências, contradições, ambiguidades, acontecimentos e é preciso estar atento, flexível, vigilante para se **sair de lá com pesquisa e não com muitas informações**.

Compreendemos, portanto, porque, no caso desta metodologia, o trabalho de campo não constitui uma “tarefa menor”, embora as regras de apresentação e elaboração dos trabalhos científicos não exijam a discussão sobre o vai-e-vem que ali acontece.

ANÁLISE

A análise é o momento importante para a questão que sempre se coloca na psicologia social sobre indivíduo/sociedade. A análise de qualquer prática social coloca o investigador perante o *feito da universalidade e da particularização*. Sociologicamente, a análise das palavras e das

situações expressas por informantes personalizados não permanece nos significados individuais, exigindo que o psicólogo social considere a *representatividade da fala individual* e busque a compreensão intersubjectiva, efectuando, para tal, uma imersão nos significados compartilhados.

Mas não significa que a importância dos indivíduos se resume a trazer aquilo que é colectivo: a apreensão do quotidiano é importante porque somente nas realizações práticas, em que o indivíduo é o sujeito da acção, é que podemos dar conta da operacionalização do que é social e colectivo. É no quotidiano que os conceitos e as representações gerais tomam forma real e passam a fazer sentido. Sem essa operacionalização, não chegaríamos ao real dos factos, ainda mais quando tratamos com populações em que o nível de verbalização ou de simbolização a respeito de determinados factos ou fenómenos não permite encerrar tudo no discurso falado.

A análise é um momento difícil, além das categorias *a priori*, o trabalho, neste momento, consiste em tirar categorias da própria consciência que os sujeitos têm da realidade. Análise do material: Procedimento para qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa: Agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo, ou seja, criar categorias (grelhas de observação) para estabelecer classificações, sistemas de classificações que organizam sistematicamente os conteúdos. Sublinhamos que as categorias devem ser mutuamente exclusivas.

Significa, portanto, ir ao encontro da ubiquidade social das palavras, criar matrizes de leitura analítica (dos registros de campo e dos discursos) e alcançar as sínteses. Implica idas e vindas constantes em relação ao material, “namorá-lo, ter uma relação de amor e ódio” porque, às vezes, se torna incompreensível. O significado parece escapar, vai e volta, não está sempre ali presente, à mão.

Entre as dificuldades destacaríamos:

O facto de que o pesquisador deve ***desvelar processos***, e, por isso, deve estar atento para que as particularidades, jeitos de ser, modos de representar não expressem apenas aquilo que as pessoas avaliam que o pesquisador deve ou quer ouvir.

Em relação ao *viés*, é importante reter que, na pesquisa qualitativa, em vez de ser excluído, deve ser tratado como um fenómeno universal e que é tarefa do pesquisador conhecê-lo em todas as suas nuances (para poder estar ciente da sua ocorrência. Quer dizer que o viés do que é dito ou das condições da própria situação de pesquisa é dominado pelo pesquisador precisamente no seu trabalho de interpretação em que os acontecimentos são transformados

em factos significativos. Destacamos a importância desse processo de transformação, ou seja, do que havia na qualidade do acontecimento que o transformou em facto, em acontecimento significativo. **O investigador alcança o novo quando coteja hipóteses, conteúdos das observações e do que é dito.**

A análise dos factos, ou seja, dos acontecimentos tornados significantes pode ser compreendida como *interpretação*; estão contidas no mesmo movimento, o de olhar atentamente para os dados da pesquisa e já ocorre durante a fase de colecta de material.

Por fim, gostaria de reter alguns aspectos que se apresentam como obstáculos:

1) A “ilusão de transparência”, que leva o investigador à simplificação dos dados, a conclusões superficiais, parentes, equivocadas.

Ocorre quando o pesquisador pensa que a realidade dos dados (ou factos) se apresenta de forma nítida a seus olhos, toma o que as pessoas dizem como aquilo que é, sem considerar o simbolismo e as complexas ligações do que é dito ou feito com o contexto e outras dimensões da realidade.

A *familiaridade* com o tema que pesquisa torna maior a ilusão de transparência e de que os dados são óbvios.

2) *Deslumbramento em relação ao campo* faz o pesquisador esquecer os significados, ou seja, a dimensão central da pesquisa se restringe a questionamentos dos procedimentos metodológicos e os dados colectados que compõem a análise não são devidamente considerados.

3) *Distanciamento entre a fundamentação teórica e a prática da pesquisa*. Trata-se mais de uma dificuldade em articular as conclusões que surgem dos dados concretos com conhecimento mais amplos ou mais abstractos.

Ex da **Análise de conteúdo**: quantitativo: contagem da frequência da aparição de características nos conteúdos das mensagens veiculadas.

Actualmente: Duas funções 1) verificação de hipóteses e/ou questões; 2) descobrir o que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências.

Decompor o conjunto de uma mensagem = obter elementos = *unidades de registro*: uma palavra, frase/oração, tema; personagem de uma narrativa; acontecimento relatado, documentado.

Unidades de contexto: precisar os elementos que fazem parte do contexto do qual faz parte a mensagem.

Pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

*A metodologia qualitativa parece-nos, portanto, apropriada para reconstruir teoricamente o significado do carácter qualitativo das ciências sociais e **retomar a linguagem, as práticas e as coisas como factos inseparáveis**. Se pensarmos a metodologia como “a alma da teoria”, como disse Lenin, ela não se resume às técnicas e instrumentos que possibilitam a construção da realidade, mas muito mais, diz respeito à articulação dessas com as concepções teóricas da abordagem e o potencial criativo do investigador. Os métodos devem ser tomados como parâmetros para caminhar no conhecimento.*

Enfim, procuramos mostrar as qualidades da pesquisa qualitativa e a sua contribuição para confirmar a pesquisa como a actividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade e somente a partir dela é que pensamento e acção se vinculam e um problema da vida prática pode ser transformado em problema intelectual.

O CEsa

O CEsa é um dos Centros de Estudo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, tendo sido criado em 1982.

Reunindo cerca de vinte investigadores, todos docentes do ISEG, é certamente um dos maiores, senão o maior, Centro de Estudos especializado nas problemáticas do desenvolvimento económico e social existente em Portugal. Nos seus membros, na maioria doutorados, incluem-se economistas (a especialidade mais representada), sociólogos e licenciados em direito.

As áreas principais de investigação são a economia do desenvolvimento, a economia internacional, a sociologia do desenvolvimento, a história africana e as questões sociais do desenvolvimento; sob o ponto de vista geográfico, são objecto de estudo a África Subsariana, a América Latina, a Ásia Oriental, do Sul e do Sudeste e o processo de transição sistémica dos países da Europa de Leste.

Vários membros do CEsa são docentes do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional leccionado no ISEG/"Económicas". Muitos deles têm também experiência de trabalho, docente e não-docente, em África e na América Latina.

Os autores

IOLANDA ÉVORA

Iolanda Maria Alves Évora- Psicóloga Social pela Universidade de São Paulo, Brasil, investigadora associada do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (Cesa,Iseg), ao abrigo do Programa Ciência 2008 da Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal (FCT). Desde 1998 conduz trabalhos de investigação sobre dimensões psicossociais da migração cabo-verdiana, primeiro realizando investigação sobre as mulheres de origem cabo-verdiana em Itália e, mais recentemente, sobre transnacionalismo, processos associativos em contexto migratório e concepções e discursos sobre a diáspora cabo-verdiana dentro e fora do arquipélago. No campo da saúde/imigração tem estudado, nomeadamente, aspectos das percepções e atitudes dos jovens face ao VIH/Sida. Recentemente, participa de equipas de investigação sobre processos organizativos em contextos de trabalho informal como as feiras e mercados no Brasil, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Lecciona disciplinas de Psicologia Social e Organizacional e Metodologia Qualitativa em licenciaturas e mestrados do ensino superior no Brasil, em Cabo Verde e em Portugal.

Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento
*Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/"Económicas")
da Universidade Técnica de Lisboa*

*R. Miguel Lupi, 20 1249-078 LISBOA PORTUGAL
Tel: + / 351 / 21 392 59 83 Fax: [...] 21 397 62 71 e-mail: cesa@iseg.utl.pt
URL: <http://www.iseg.utl.pt/cesa>*